PIAUÍ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXV - 114º DA REPÚBLICA | Quarta-feira, 11 de janeiro de 2006 - Nº 008 | TERESINA - PIAUÍ

Pregões reduzem preços de produtos adquiridos pelo governo

Pregão reduz preço de produto

A implantação da modalidade pregão nos processos de licitação, a partir de 2003, pelo Governo do Piauí vem provocando, a cada ano, a redução dos preços dos itens adquiridos pela administração pública através do Sistema de Registro de Preços. O decréscimo varia de 15% a 35%. No ano passado, não foi registrado nenhum produto com valor superior ao praticado em 2004.

Segundo a assessora especial do governador, Yonice Pimentel, responsável pela Central de Licitações do Estado (CEL), em 2003, o governo conseguiu uma economia de 50% na compra de produtos através da modalidade pregão. De acordo com a assessora, isso também se repetiu em 2004, e no ano seguinte, a redução de preços ficou entre 15% e 35%.

Yonice Pimentel revela que em 2005 não houve variação de preços em relação a 2004. "Isso mostra um quadro de deflação. Não sabemos se essa deflação é só interna". A assessora informa que em alguns itens a redução é a média aceitável, e em outros, é autorizada uma revisão para maior, como no caso dos medicamentos.

Na opinião da assessora, a redução nos preços mostra um avanço para o Estado, pois vem comprando bem mais barato do que em 2002. Ela salienta que o trabalho na área de licitações e contratos ainda precisa ser melhorado, mas garante que a CEL está buscando meios para mudar essa realidade.

Para os fornecedores, a redução nos preços dos produtos e serviços adquiridos pelo Governo do Piauí é causada pela concorrência existente entre eles. João Macedo Lima, que há seis anos vende para o Governo do Piauí, avalia a queda nos preços como positiva tanto para o governo como para os fornecedores. "Existem alguns itens que tiveram seus preços adulterados (queda), muitas vezes devido à concorrência".

José Genival Silva, que fornece alimentação, considera uma diferença muito pequena nos preços e acredita que ocorreu, na verdade, uma estabilização nos valores dos itens fornecidos para o Governo do Piauí.

Internautas acessam mais a versão on-line do DOE

Cada vez mais pessoas estão acessando o Diário Oficial do Estado (DOE) on-line, no site da Companhia Editora do Piauí (COMEPI), que publica diariamente a edição impressa. O DOE on-line é acessado em http://www.comepi.pi.gov.br e contém todas as edições a partir de novembro de 2003, quando o sistema foi implantado.

Segundo informações do supervisor do DOE, na Comepi, Clemilton Santos, não há estatística sobre o número de acessos diários ao documento on-line, disponibilizado na internet. Isso porque o site contém contador de acessos oculto. Porém, a COMEPI está trabalhando junto à Empresa de Informática e Processamento de Dados do Piauí (PRODEPI), que desenvolveu e hospeda a home page da companhia, para disponibilizar o contador visualmente.

Santos disse que o DOE on-line tem a mesma validade jurídica que a edição impressa, motivo pelo qual os interessados em obter um documento podem acessar o site e, uma vez localizado o assunto desejado, fazer a impressão. "É certo que muitas pessoas ainda desconfiam da versão on line, mas ela tem tanta validade quanto a impressa", afirmou.

O acesso ao DOE on-line é simples. Uma vez na página principal da Comepi, o internauta deve clicar em "Diário Oficial", terceiro item que aparece na barra na parte superior da tela. As matérias estão relacionadas segundo o mês e o ano. Depois de clicar no mês desejado, é aberta uma nova janela, onde se pode selecionar o dia em que a matéria de interesse foi publicada.

Como as páginas do DOE foram produzidas em formado PDF, é necessário que o internauta tenha instalado, em seu computador, o programa Adobe Acrobat Reader, disponível gratuitamente em um link na própria página da COMEPI. A instalação do aplicativo é simples e rápida. Se seu computador já tiver o aplicativo, o documento do DOE on-line é aberto automaticamente.

Versão impressa

Clemilton Santos disse que há um projeto para digitalização das edições do DOE anteriores a novembro de 2003, dependendo de recursos. Enquanto isso, a versão impressa continua disponível. Ela é publicada de segunda à sexta-feira, com tiragem de 200 exemplares e circulação entre 9 e 10 horas.

A versão impressa pode ser assinada. A página da COMEPI na internet contém informações e uma tabela de preços para assinatura e para compra de edições avulsas. A página on-line da COMEPI também dá acesso à imprensa nacional (Diário Oficial da União) on-line, a sites de outros órgãos do Governo do Piauí e à home page da Coordenadoria de Comunicação Social do Estado (CCOM), que publica diariamente matérias relacionadas às ações do Governo em Teresina e no interior, também disponíveis na home page da companhia.

Agricultores familiares terão R$ 300 milhões para safra

Mais crédito para agricultores

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no Piauí, da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), vai beneficiar 150 mil famílias de agricultores familiares com a aplicação de recursos no valor de R$ 300 milhões com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) delineados para a safra 2005/2006, informou o secretário executivo do PRONAF, Osmar Araújo.

Na avaliação do secretário executivo do PRONAF, no ano agrícola de 2004/2005 foram contemplados 73 mil trabalhadores familiares nos 223 municípios do Piauí, com a aplicação de recursos no valor de R$ 128 milhões.

O Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, do MDA, vai aplicar, na safra agrícola de 2005/2006 recursos no valor de R$ 9 bilhões no Brasil, elevando de forma significativa os investimentos na agricultura familiar.

O crédito rural, direcionado aos trabalhadores rurais da agricultura familiar, é destinado em 70% para o custeio e 30% para investimento, sem correção do empréstimo. O trabalhador rural da agricultura familiar paga juros que vão de 1 a 7,25% ao ano.

Osmar Araújo informa inda que têm direito ao crédito rural do PRONAF os silvicultores, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aqüicultores e os remanescentes das comunidades negras. "As informações sobre como se habilitar ao crédito devem ser solicitadas junto aos sindicatos rurais e escritórios do EMATER", disse o secretário executivo do PRONAF, no Piauí.

Restaurante Popular abrirá oferecendo 500 refeições diárias

Com capacidade para oferecer cerca de duas mil refeições diárias, o Governo do Estado anuncia para o início do mês de março a inauguração do Restaurante Popular com refeição ao preço de R$ 1,00. A informação foi dada ontem, pela coordenadora do Programa Fome Zero no Piauí, Rosângela Sousa.

Ela disse ainda que inicialmente o restaurante vai servir 500 refeições por dia e paulatinamente vai ampliando o número de refeições, até alcançar a meta que é atingir duas mil refeições ao dia. O Restaurante Popular não funcionará apenas como um local de distribuição de refeição, mas também de capacitação e educação permanente para os servidores de órgãos públicos, em um ambiente limpo.

Rosângela Sousa disse que o Governo do Piauí tem como objetivo oferecer uma refeição de qualidade a um preço popular. O preço final da refeição para o Governo ficará em torno de R$ 3,00. O restaurante será aberto a qualquer pessoa, que pagará apenas o valor de R$ 1,00.

O Restaurante Popular será dirigido por uma empresa privada que deverá participar de uma licitação. "Mas quero deixar bem claro que, mesmo com os serviços sendo realizados por uma empresa particular, o Fome Zero vai estar presente com um grupo de nutricionistas participando diretamente da preparação das refeições, sucos, sobremesas, acompanhando tudo de perto", declarou a coordenadora.

LEIS E DECRETOS - Pág. 02 • PORTARIAS E RESOLUÇÕES - Pág. 02 • LICITAÇÕES E CONTRATOS - Pág. 02 • OUTROS - Pág. 04